

Renda Básica Universal: um olhar para o século XXI

Ian Vaz Araujo

Ex-aluno do Colégio Santo Inácio

Rio de Janeiro, Brasil.

ianaraujo15@gmail.com

O que queremos para o futuro? Quais devem ser nossas prioridades na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual? Qual será o legado deixado para as próximas gerações? Quais caminhos vamos tomar e para onde isso deve nos levar? Nós, cidadãos globais, devemos nos fazer essas perguntas constantemente, a fim de nos posicionarmos à frente das mudanças que queremos ver no mundo.

Na atualidade, cada vez mais os problemas que devemos solucionar assumem uma escala global. Esses problemas transpassam os limites físicos dos Estados Nacionais e devem ser pensados em conjunto por toda comunidade internacional. A polarização, o surgimento de grupos radicais anti-imigração, agentes populistas, forças antidemocráticas e a perseguição a grupos étnicos são exemplos de alguns dos vários problemas globais enfrentados por diversos países na esfera política. Outras questões que suscitam debates relevantes em nossa sociedade aparecem na esfera ambiental e sanitária, como as mudanças climáticas e, recentemente, a pandemia do COVID-19 e os desafios da vacinação. Muitos desses problemas sócio-políticos e ambientais estão relacionados a problemas globais de ordem econômica, no geral, muito mais antigos e já combatidos há anos, como a desigualdade e a pobreza extrema.

Estamos produzindo, a cada ano que passa, uma sociedade mais desigual e incentivando uma economia despreocupada com os impactos ambientais da produção em larga escala. O combate à insegurança alimentar e a pobreza tem sido uma batalha perdida por muitos países nas últimas décadas, que foram marcadas por crises econômicas e mudanças nas relações de trabalho. É diante desse cenário, em que há inúmeros problemas a serem resolvidos, que é imperioso discutirmos soluções e propormos caminhos para o enfrentamento desses desafios contemporâneos.

À vista disso, escrevo este texto com o objetivo de colaborar para a difusão do conhecimento sobre a Renda Básica Universal, uma proposta de política social para alcançar uma sociedade mais justa e igual, além de resolver problemas crônicos de nossa sociedade, como a insegurança

alimentar e a pobreza. Imagino que alguns já tenham ouvido falar sobre o assunto de forma inicial, mas sobretudo é importante esclarecer os pontos fundamentais desta proposta, tida por muitos como a política social do século XXI.

Afinal, o que é Renda Básica Universal? Embora por vezes se apresente com outros nomes, a renda básica ou renda mínima consiste em uma forma de se distribuir renda periodicamente, que se caracteriza pela universalidade e por ser incondicional. Para nós brasileiros, a grande referência em termos de política social é o Bolsa Família, por isso, para explicar o que é Renda Básica Universal (RBU) vou utilizar constantemente o Programa Bolsa Família (PBF) como referência e ponto de comparação.

Tradicionalmente, no Brasil e em países latino-americanos, estamos acostumados com o seguinte modelo redistributivo: o Estado seleciona famílias com renda abaixo de um valor pré-definido, que estejam de acordo com exigências, como vacinação e a matrícula dos filhos na rede pública de educação, para receberem um valor mensalmente que complemente sua renda. Esse modelo se provou muito eficiente para combater a desigualdade e a pobreza no Brasil, se tornando uma experiência replicada em outros países. No entanto, devido a mudanças na sociedade e no trabalho, alguns pesquisadores argumentam que esse modelo não é suficiente e que há a necessidade de ampliar essa plataforma de distribuição de renda. Esse próximo passo no âmbito das políticas sociais pode vir através da RBU.

Diferentemente dos modelos tradicionais, com a Renda Básica Universal todos os cidadãos de uma comunidade política, ou seja, cidadãos de um país, estado ou cidade, terão o direito de receber um benefício periódico, geralmente mensal, para o resto de suas vidas. Não existem contrapartidas nesse modelo, isto é, o único requisito é ser cidadão residente, por isso essa proposta também é muitas vezes chamada de Renda Básica de Cidadania. O grande argumento em prol dessa política é a eliminação da pobreza e a garantia da dignidade de todos os indivíduos. O objetivo é garantir ao cidadão plenas condições de subsistência e sobretudo assegurar seu direito de participar da riqueza de sua nação.

Por que substituir o modelo atual, representado pelo PBF (modelo focalizado), por uma Renda Básica Universal (modelo universal)? A corrente de pensamento que defende essa mudança se baseia em uma literatura extensa, que defende a universalização, mas principalmente olha para as mudanças estruturais que ocorrem em nossa sociedade, a fim embasar essa substituição.

Vivemos o período histórico da quarta Revolução Industrial (Indústria 4.0), caracterizada pela difusão da tecnologia no meio industrial, resultando na automação dos postos de trabalho. Isto significa uma parcela significativa da população sendo substituída por máquinas. Basta observar: cada vez há menos caixas nos supermercados controlados por humanos, existem galpões logísticos inteiros em que toda mercadoria é movimentada por robôs e, em muitos países, carros e caminhões autônomos já são realidade.

A tendência, conforme a tecnologia avança, é que gradativamente os postos de trabalho diminuam e o Estado não consiga mais garantir emprego para toda população. No Brasil, a taxa de desemprego é de 13,5% e no mundo a média é de 7%, números que só tendem a subir. Por isso, entende-se que o Estado, incapaz de garantir emprego, deverá garantir renda para toda população. Nesse cenário de aumento do desemprego, automação dos postos de trabalho, a Renda Básica Universal ganhou ainda mais força no debate público como sendo a política capaz de solucionar os problemas que serão enfrentados no futuro.

No entanto, engana-se quem pensa na Renda Básica Universal como uma proposta recente, uma novidade. Na verdade, a noção de distribuir dividendos periódicos à população, o que hoje chamamos renda básica, tem mais de 500 anos e encontram-se registros dessa ideia a partir do século XVI. Muitos pesquisadores argumentam que o primeiro registro está presente no livro “Utopia”, obra notória de Thomas More. Nela, o personagem principal, Rafael Hitlodeu, descreve uma sociedade fictícia da ilha de Utopia, na qual não havia qualquer tipo de perseguição e valorizava-se a paz. Nessa sociedade havia a distribuição de insumos básicos, necessários para sobrevivência, assim garantia-se que nenhum cidadão jamais precisasse roubar para sobreviver.

Em outra obra, “Justiça Agrária”, escrita por Thomas Paine mais de 200 anos depois, imaginava-se uma sociedade ideal na qual seriam distribuídas 15 libras para todos os jovens maiores de 22 anos, garantindo que ninguém vivesse na miséria. Alguns outros autores, como Thomas Spence e Joseph Charlier, seguiram o mesmo caminho, sempre defendendo algum tipo de distribuição de renda com o objetivo de combater a pobreza.

Em seu surgimento, portanto, a Renda Básica Universal era tratada como uma ideia utópica, que por definição seria irrealizável. O tema só começa a ter atenção da comunidade científica, economistas e cientistas sociais, a partir do século XX, ainda se tratando de um assunto de pouco destaque. A RBU passa a fazer parte da agenda pública somente na segunda metade do século XX,

quando o tema desperta o interesse de agentes políticos, responsáveis por desenhar políticas públicas. É nesse período que a ideia começa a se espalhar, estando presente em programas de governo de candidatos nos EUA, mas nada que tenha ido adiante.

No mesmo período, começam a surgir as primeiras experiências práticas de renda básica, que adotam modelos sem contrapartida, mas que não atingem a universalização. A única experiência de uma renda básica, verdadeiramente universal, se deu no estado do Alasca na década de 80. O governador republicano, Jay Hammond, diante de uma grande disponibilidade de recursos, gerada pela exploração do petróleo na região, propôs a criação de um fundo que possibilitaria o pagamento de um dividendo anual para todos os cidadãos. Desde que o programa foi instituído, todos os cidadãos residentes do Alasca recebem anualmente um valor referente ao rendimento do fundo, o que representa cerca de 1600 dólares por cidadão (valores de 2019).

Hoje, o Alasca é um dos estados menos desiguais dos Estados Unidos e é reconhecido como único lugar onde já foi implementada uma política de RBU. De fato, a experiência no Alasca é ímpar. O estado tem apenas cerca de 750 mil habitantes, população 9 vezes menor que a população da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o estado contou com um orçamento excepcional, provindo da exploração do petróleo, que possibilitou financiar a política. Em outras experiências ao redor do mundo, foram implementadas políticas de renda básica, mas que não alcançavam a universalidade, ou seja, embora fosse um benefício incondicional, ainda era focado nas pessoas mais pobres.

O Brasil merece destaque, em meio a essa discussão histórica, por ter sido um dos primeiros países no mundo a aprovar uma lei de RBU, embora a mesma nunca tenha sido colocada em prática. A história da renda básica no Brasil, como pensamento, é bem antiga. A noção de que é necessário garantir o mínimo de condições de sobrevivência para todos os brasileiros já estava presente nos pensamentos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado. No cenário político brasileiro, o senador Eduardo Suplicy foi um grande pioneiro e defensor da RBU, sendo o primeiro parlamentar a propor a implementação de uma renda básica no país.

Em 1990, Suplicy apresentou o PGRM, Programa de Garantia de Renda Mínima, baseado na ideia de um complemento de renda, que não vigorou, mas serviu de inspiração para outros programas de renda mínima instituídos em anos seguintes por prefeitos e governadores. O modelo de renda mínima é um modelo de política focalizada, mas incondicional, ou seja, que não exige

contrapartidas dos beneficiários. Esse modelo falhou no Brasil e na América Latina à medida que optaram por políticas condicionais, que exigiam do beneficiário compromissos ligados à educação e saúde.

Após a criação do Bolsa Família, em 2004, Suplicy conseguiu a aprovação da chamada RBC, “Renda Básica de Cidadania”, uma proposta de benefício universal pago mensalmente. No entanto, mesmo sendo aprovada e sancionada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, a política nunca foi colocada em prática pela falta de recursos.

As discussões relativas a políticas de RBU no Brasil, desde a aprovação da lei do senador Eduardo Suplicy, esfriaram, mas o tema continuou presente de forma marginal. No entanto, em 2020, o debate sobre a renda básica reacendeu e voltou a fazer parte da agenda pública do país, devido às consequências da pandemia do COVID-19. Para amenizar os impactos do isolamento foi criado o auxílio emergencial, um benefício pago mensalmente no valor de R\$600,00 para trabalhadores do setor informal. A pandemia colocou em evidência os problemas sociais do país, agravou o desemprego, e mostrou a importância de repensarmos os atuais modelos de proteção social no Brasil. As discussões a partir daqui, nos próximos anos, tendem a se intensificar e a Renda Básica Universal deve ficar ainda mais em evidência, não apenas no Brasil, mas em todo mundo.

Existem muitos desafios para a sua implementação e, de fato, é uma política controversa, por isso, é preciso difundir o conhecimento sobre o assunto. Muitos, quando ouvem a respeito da RBU, perguntam: por que pagar o benefício para todos e não pagar mais, só para quem precisa? Realmente, não é trivial conceber um pagamento igual para todos em detrimento de um benefício mais alto para quem precisa, mas a ideia se baseia em conceitos de igualdade e no direito de cidadania. A universalização significa pagar um valor igual ao político, ao empresário, ao professor, à quem não trabalha, à quem faz serviços voluntários, pois todos têm o direito reconhecido de participar da riqueza da nação.

Ademais, focalizar, ou seja, escolher quem recebe e quem não recebe, gera custos altos com burocracia, e quando se opta pela universalização esse custo é eliminado. Acima de tudo, o grande desafio é tornar a política viável financeiramente para as nações. Isso envolve, geralmente, a necessidade de aumentar a carga tributária, cobrando impostos mais altos dos mais ricos, para

assim aumentar a receita do Estado, viabilizando o pagamento de um benefício universal e a redistribuição de renda.

No mundo em que vivemos, polarizado e por vezes egoísta, não é fácil que uma maioria esteja disposta a contribuir com mais, para garantir o mínimo para o outro. Sobretudo, a Renda Básica Universal diz a respeito de solidariedade, é uma política fundamentalmente solidária, que manifesta justiça e igualdade. Portanto, retomo as perguntas feitas no início deste texto e pergunto novamente: em que sociedade queremos viver? Fazemos o que é preciso para viver em um mundo mais justo e igual? É hora de pensarmos como coletivo, como cidadãos de um mundo globalizado e nos empenharmos para promover justiça social, através de medidas redistributivas.